

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.792 - MG (2019/0299175-5)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : ANDRE ANTUNES COELHO (PRESO)
ADVOGADO : DANIEL BARROS DE OLIVEIRA GONDIM - MG179976
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por ANDRÉ ANTUNES COELHO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que, na impetração originária (HC n.º 1.0000.19.093624-5/000), denegou a ordem.

Consta nos autos que o Recorrente foi preso em flagrante, em 02/08/2019, surpreendido na posse de "05 comprimidos de substância semelhante a ecstasy, e escondido na moldura do console central do veículo foram encontrados 02 comprimidos de substância semelhante a ecstasy, 01 porção de substância semelhante a maconha e 01 bola substância semelhante a haxixe [...] e 03 pontos de substância semelhante a LSD" (fl. 17), aproximadamente 11g (onze gramas) de maconha, mais R\$ 1.826,00 (um mil, oitocentos e vinte e seis reais). Na audiência de custódia, foi concedida a liberdade provisória ao Paciente, com aplicação de medidas cautelares diversas da prisão (fls. 60-64).

A Defesa impetrou *habeas corpus*, que teve a ordem denegada, com a seguinte ementa (fl. 117):

"HABEAS CORPUS – TRÁFICO DE DROGAS – REVOGAÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES – IMPOSSIBILIDADE – NECESSIDADE E ADEQUAÇÃO COMPROVADAS. Não há que se falar em revogação das medidas cautelares impostas quando verificada sua adequação e necessidade ao caso concreto diante da gravidade concreta dos fatos, em tese, praticados pelo paciente."

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Nas razões recursais, a Defesa sustenta que inexistente fundamentação para a aplicação de medidas cautelares.

Superior Tribunal de Justiça

Requer, liminarmente e no mérito, "*para cessar o FLAGRANTE constrangimento ilegal, pede-se o provimento do presente recurso para revogar as medidas cautelares decretadas em desfavor do recorrente Renilton dos Santos de Jesus*" (fl. 156, sic).

É o relatório.

Decido o pedido liminar.

De início, verifico que, ao final do recurso, pleiteia-se a revogação das medidas cautelares **em desfavor de Renilton dos Santos de Jesus, que é parte totalmente alheia ao feito.**

De qualquer forma, considerada tal circunstância como erro material, ressalto que a concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Todavia, ao menos por ora, não se mostram presentes os pressupostos autorizadores da medida urgente requerida no caso em apreço.

O Juízo *a quo* concedeu liberdade provisória, mas aplicou as medidas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal ao Recorrente, com as seguintes justificativas (fl. 60; sem grifo no original):

"A prisão, analisada pelos aspectos legais, não comporta aqui oportunidade para o relaxamento, entretanto, entendo que aqui pode ser concedida a liberdade provisória em favor do autuado apesar de reincidente, tem-se que sua reincidência é por delito de outra natureza. Ademais, constato que o laudo não se mostrou conclusivo quanto ao ecstasy e LSD apreendidos (ff. 12/13), mas apenas quanto à maconha. Assim, acolho o parecer Ministerial para conceder a liberdade provisória ao autuado e aplicar as medidas cautelares dispostas no artigo 319, incisos I, IV, V e IX, do CPP, com a redação dada pela Lei 12.403/2011."

O acórdão atacado, por sua vez, está assim fundamentado (fl. 120):

"Ao contrário do que alega o impetrante, não se verifica, neste momento, nenhum constrangimento ilegal. A imposição de medidas cautelares se mostra necessária na garantia da ordem pública, principalmente em razão do risco de reiteração delitiva do paciente.

Ressalte-se que o paciente possui, dentre outras anotações, uma condenação irrecorrível pelo crime de associação criminosa, (ordens 17/20).

Pelo exposto, a manutenção das medidas cautelares é medida

Superior Tribunal de Justiça

que se impõe, nos termos do artigo 282, incisos I e II, do Código de Processo Penal, para resguardar a ordem pública, diante do risco de reiteração delitiva do paciente."

Como se percebe, a aplicação das medidas cautelares diversas da prisão não se mostram, em princípio, desarrazoadas ou ilegais, tendo sido amparada no **risco de reiteração delitiva**. A propósito, "[a] Lei n.º 12.403/2011, ao alterar significativamente os arts. 319 e 320 do Código de Processo Penal, estabeleceu a possibilidade de imposição de medidas alternativas à prisão cautelar, no intuito de estabelecer, diante das peculiaridades de cada caso concreto, e dentro dos critérios de razoabilidade e proporcionalidade, a medida mais adequada ao caso" (HC 501.785/SC, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 20/08/2019, DJe 03/09/2019).

Conclui-se, assim, que o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações pormenorizadas ao Juízo singular sobre o cumprimento das medidas impostas, a serem instruídas com senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica requeira a sua utilização.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora